



PARLAMENTO DEL  
**MERCOSUR**  
PARLAMENTO DO  
**MERCOSUL**

*Por una integración regional*  
*Por uma integração regional*

## **CLIPPING DE NOTICIAS DEL PARLASUR**

## **CLIPPING DE NOTICIAS DO PARLASUL**

**11 de Abril de 2012**

**11 de Abril de 2012**

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet.

A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

## Argentina – Clarín



### EE.UU. impulsa más represalias comerciales contra la Argentina



El gobierno de los Estados Unidos y los 40 países que firmaron la queja presentada en contra de la Argentina ante la Organización Mundial del Comercio, están evaluando la posibilidad de dar inicio a un proceso de “solución de diferencias” que podría culminar con una condena a nuestro país si la presidenta Cristina Kirchner no levanta las medidas proteccionistas que adoptó.

“La expectativa aquí es que el proceso de solución de diferencias será iniciado por los propios EE.UU.

Ya que fue la Casa Blanca la que llevó la voz cantante al presentar la queja”, dijo a Clarín desde Ginebra un funcionario latinoamericano.

“El proceso podría culminar con una condena formal de la Argentina lo que daría luz verde a represalias comerciales” , explicó la misma fuente.

En la Organización Mundial del Comercio (OMC) llaman “Solución de Diferencias” al procedimiento para resolver los desacuerdos comerciales entre países miembros.

Se plantea una diferencia cuando un gobierno miembro considera que otro gobierno miembro está infringiendo un acuerdo o un compromiso que había contraído en el marco de esa organización internacional.

En el caso de la Argentina, a los Estados Unidos y los 40 países firmantes de la queja les preocupan tres aspectos de la política comercial del gobierno de Cristina Kirchner: el uso de las licencias no automáticas para restringir el comercio, la necesidad de pre-registrarse para obtener la aprobación de cada transacción para importar un producto, y la política que obliga a las empresas a que “por cada dólar que se importa hay que exportar otro”.

El primer paso de un proceso de solución de diferencias es un pedido de consultas. “Este pedido se puede hacer en el marco del artículo XXII del GATT de forma multilateral o en el marco del artículo XXIII de forma bilateral. No está claro todavía cuál será la vía que elegirán”, dijo a Clarín la fuente consultada en Ginebra.

Durante las consultas, la Argentina deberá demostrar que las medidas que adoptó no violan las reglas de juego de la OMC. Pero si durante esas consultas no hay acuerdo entre las partes, se establecerá lo que se conoce como un “Panel”.

El Panel siempre está compuesto por tres miembros elegidos por las partes o por el director general de la OMC, Pascal Lamy. El panel tiene 180 días para expedirse sobre si el país cuestionado cumple o no cumple con las reglas de la OMC. Su dictamen puede ser apelado, pero si al final de todo el proceso el dictamen final es contrario a la Argentina los países que iniciaron el proceso pueden adoptar represalias comerciales . El dictamen

no tiene sin embargo efectos retroactivos, ni tampoco prevé compensación por daños y perjuicios.

“El problema con el caso argentino es que no sólo hay diferencias sobre la interpretación de los hechos, sino también sobre los hechos mismos”, añadió el funcionario consultado.

La queja que el embajador de Estados Unidos Michael Punke presentó en la OMC contra la Argentina, fue patrocinada por todos los países de la Unión Europea, Australia, Israel, Japón, Corea, México, Nueva Zelanda, Noruega, Panamá, Suiza, Taiwán, Tailandia y Turquía.

Después se sumaron a la queja Chile, Colombia, Perú, China, Hong Kong y Malasia. Ninguno de los países del Mercosur se pronunció a favor o en contra de la Argentina. Estos países dicen que Argentina debe eliminar las medidas proteccionistas o explicar por escrito por qué el Gobierno piensa que no transgrede las reglas de la OMC. De lo contrario, aclararon, “los miembros se reservan el derecho de tomar otras medidas”.

Todo indica que México podría ser el primer país en iniciar un proceso de solución de diferencias por los problemas que está padeciendo su industria automotriz debido a las medidas adoptadas por el gobierno argentino. En ese caso sería un pedido de consultar bilateral.

## Brasil – Valor Econômico

ECONÔMICO  
**Valor**

### Rival de Chávez quer bolivarianismo com toque brasileiro



"Eu sou bolivariano", diz Henrique Capriles, 39 anos, com todas as letras. A frase soa psicodélica para um jornalista brasileiro que veio a Caracas para conhecer o homem que quer colocar fim à era Hugo Chávez, presidente da Venezuela desde 1999, líder da chamada "Revolução Bolivariana". Mas Capriles logo explica: "Todos os venezuelanos somos bolivarianos. Simón Bolívar é o pai da nossa pátria". Para ele, o exemplo a ser seguido não é o "Socialismo do Século XXI", de Chávez, mas o que chama de "modelo brasileiro", com programas sociais do Estado e geração de empregos na iniciativa privada.

Atual governador do Estado de Miranda, o segundo mais populoso do país e que abrange parte de Caracas, Capriles foi escolhido em fevereiro como o candidato único da oposição para as eleições de 7 de outubro. Solteiro, formado em direito, Capriles será o presidente mais jovem da história da Venezuela se derrotar Chávez.

As pesquisas dão amplo favoritismo ao presidente. Ele tem de 5 a 25 pontos percentuais de vantagem em relação a Capriles, dependendo do instituto e de sua orientação. Um dos mais sérios, o Datanalisis, aponta 44% das intenções de voto para o presidente, contra 33% para o rival. Mas, segundo analistas, nunca a oposição teve tantas chances de vencer, já que pela primeira vez está unida.

Capriles pretende visitar o Brasil entre o final deste mês e o início de maio para "discutir temas econômicos e conhecer a pacificação das favelas no Rio". Não dá detalhes da agenda por temer que o governo "sabote" a visita, mas insinua um possível encontro com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Capriles recebeu o Valor na tarde de segunda-feira em seu comitê de campanha, em Caracas. Veja abaixo trechos da entrevista.

Valor: Muitos críticos classificam o presidente Chávez como um ditador, mas haverá eleições presidenciais em outubro. A Venezuela é uma democracia ou uma ditadura?

Se não houvesse o petróleo, não teríamos o que comer, porque não estamos produzindo, importamos tudo."

Henrique Capriles: Depende de como você quer analisar, do que você entende por democracia e qual valor você dá a alguns elementos que são característicos da democracia. Eu estou aqui, você está me fazendo essa pergunta, eu estou respondendo, e aqui nós temos liberdade para falar. Mas na Venezuela há um poder que dirige os demais. Isso não é próprio do sistema democrático. Nós estamos em pré-campanha, e o governo utiliza descaradamente todos os recursos do Estado para fazer propaganda do seu partido político. Isso não é democrático. Eu não tenho acesso à mídia oficial, que só veicula informação minha para me desqualificar, me desprestigiar, para inventar coisas. Já me chamaram de drogado, homossexual, qualquer coisa que você possa imaginar. É a propaganda que têm os meios públicos frente a um aspirante à Presidência, que também é governador de um dos Estados mais importantes do país.

Valor: A Venezuela atualmente está melhor ou pior do que quando Chávez assumiu?

Capriles: Eu reconheço que este governo deu protagonismo ao tema da luta contra a pobreza, da desigualdade, da terrível situação que vivem muitos venezuelanos. Mas hoje, em 2012, muitos dos indicadores são

iguais aos de mais de dez anos atrás. A produção petroleira é menor do que há mais de 30 anos. Se aqui não houvesse petróleo, não teríamos o que comer, porque não estamos produzindo, importamos tudo. Os indicadores de saúde, educação, hoje são iguais aos de há mais de dez anos, em termos de atenção a pessoas, de número de estudantes que estão no primeiro grau. O país tem quase 20 mil mortos [pela violência] por ano. Chávez recebeu o país com 7.000, 8.000 mortos ao ano. O único país, em toda a América, com inflação de dois dígitos é a Venezuela, além do Haiti e da Argentina. Eu não defendo o passado, porque não sou do passado. Eu sou um futurista. O país viveu uma democracia doente, e Chávez foi uma consequência de um modelo que ruiu.

Valor: A doença do presidente pode ter uma influência muito grande no processo eleitoral?

Capriles: Eu não faço especulação sobre um tema em que não existe informação. Nunca se deu um parecer médico e uma informação oficial sobre a situação da saúde do chefe de Estado. Sempre foi a conta-gotas. E eu acredito que isso é intencional, para que haja especulação sobre esse tema. O que eu posso dizer é que quero que Chávez saia candidato e que lhe desejo uma longa vida, porque eu quero que Chávez veja como a Venezuela pode progredir. Eu quero que ele veja como desperdiçou uma oportunidade histórica. Este país poderia ser hoje a potência da América Latina. Porque estamos em uma bonança petroleira. A Venezuela poderia ter diversificado a sua economia, como fez o Brasil.

Valor: O senhor reverteria as nacionalizações feitas por Chávez?

Capriles: É preciso ver caso por caso. Há empresas que nas mãos do Estado podem ser eficientes.

Valor: Por exemplo?

O Brasil entendeu muito bem o papel do governo, mas também entendeu muito bem o papel do setor privado

Capriles: Eletricidade, água, telefonia. Há empresas que podem ser administradas eficientemente e são estratégicas para o país, porque estamos falando de serviços públicos. Mas há outras empresas que não têm nenhum sentido terem sido nacionalizadas, como empresas agrícolas, indústrias de cimento, hotéis.

Valor: O senhor acredita em uma transição tranquila, caso seja eleito? Não teme que o apoio das Forças Armadas a Chávez possa dificultar essa transição?

Capriles: Eu não tenho nenhuma dúvida de que vamos mudar a realidade política na Venezuela. E isso significará também uma mudança nessas mensagens que geram incerteza dentro de algumas instituições venezuelanas, entre elas as Forças Armadas. Algumas declarações de altos oficiais das Forças Armadas [ameaçando não entregar o poder à oposição] são para adular a Chávez, para querer ficar bem com ele. Mas eu tenho a crença de que nós temos Forças Armadas profundamente democráticas, institucionais e apegadas à vontade do povo venezuelano.

Valor: O senhor teme a ocorrência de fraudes nas eleições?

Capriles: Aqui, se eu não cuido de uma mesa de votação, me roubam os votos. Eu preciso ter gente em todas as mesas de votação do país, para que não me roubem os votos. Assim eu consegui ganhar as minhas eleições. Senão, não seria governador, teria deixado minha eleição na mesa de votação.

Valor: O senhor, se eleito, manteria o nome do país como República Bolivariana da Venezuela?

Capriles: Eu não sou um homem de mudar o nome das coisas. As coisas não mudam por mudar o seu nome. Eu sou bolivariano, além disso. Bolívar não é de Chávez nem é de um partido. Bolívar é de todos os venezuelanos. O Estado de Miranda, onde eu sou governador, é Estado Bolivariano de Miranda. Por que eu vou mudar esse nome? Eu sou bolivariano. Todos os venezuelanos são bolivarianos.



Valor: O que é ser bolivariano?

Capriles: É ser seguidor de Bolívar, do pensamento de Bolívar. Ele é um pai da pátria e, portanto, seu pensamento tem uma grande influência no país. Nós devemos a independência a Bolívar. Eu sou venezuelano, bolivariano. Isso é parte do que Chávez faz para mostrar que ele é patriota e os demais somos os que vendem a pátria. Isso é simplesmente um jogo de palavras. Chávez não é mais bolivariano do que eu. Na Venezuela, não é preciso mudar o nome do país, mas o governo.

Valor: Como o senhor vê a política de controle de preços de Chávez. O senhor a mudaria?

Capriles: Não se pode mudar essa política imediatamente. Porque, se você não tem produção no país, e se libera o controle, automaticamente os preços disparam, dispara a inflação. Esses são controles que precisam ser levantados gradualmente, de modo que possamos ter uma economia sadia, onde haja muita produção e muita competição. Assim, teremos controle de inflação, preços acessíveis à população, e esses controles, que no fim das contas são foco de muita corrupção, poderão ser eliminados.

Valor: É possível tornar a Venezuela menos dependente do petróleo? Que outros setores da economia podem crescer?

Capriles: Agricultura, turismo, ferro, ouro, alumínio, mineração, reserva de água, possibilidade de desenvolver a indústria, de ter um bom comércio. A Venezuela tem tudo. É possível estimular esses outros setores gerando confiança, esse é o papel do governo. Dar segurança jurídica para que venham os investimentos estrangeiros, os investimentos nacionais. Aí arranca a diversificação da economia. O problema é que hoje acabaram todas as atividades, e ficou somente o petróleo. Porque o governo não quer diversificar a economia. O governo quer um Estado gigantesco que se financie com o petróleo e, ao final, isso significa que há um controle em suas mãos. Todos dependemos do Estado.

Valor: O senhor é favorável a abrir a PDVSA ao capital privado?

Capriles: Não. A PDVSA deve ser 100% estatal. Você pode fazer alianças com o setor privado, sem que isso signifique que a empresa petroleira não seja do Estado. Isso é estratégico para um país como o nosso.

Valor: O senhor manteria a venda subsidiada de petróleo a Cuba e a outros países do Caribe?

Capriles: O que eu creio é que precisamos ter convênios transparentes, de conhecimento público. Não utilizar o petróleo para comprar lealdade política. O petróleo venezuelano tem que ser para o desenvolvimento do país, dos venezuelanos. Nós podemos fazer convênios com outros países que signifiquem benefício para a Venezuela, relações mais equilibradas. O que eu não estou de acordo é dar de presente o petróleo venezuelano, nem vou dar de presente. Porque a Venezuela tem muitíssimos problemas para resolver. Eu não estou de acordo que, com o petróleo venezuelano, se façam casas em outros países, dando de presente o nosso dinheiro. Eu não estou de acordo.

Valor: Como o senhor administraria os pedidos bilionários de indenizações feitos por empresas que tiveram seus ativos estatizados?

Capriles: É preciso ver os contratos caso a caso.

Valor: O senhor pretende reprivatizar algumas empresas?

Capriles: Não. A palavra "privatização" na Venezuela está, digamos, banalizada, condenada. Aqui, se você diz "privatização", o governo logo diz: "Ah, vai dar de presente para os gringos". Não falemos de "privatizações", porque a palavra não é "privatizar".

Valor: E qual é a palavra?

Capriles: A palavra é como faremos cada empresa nacionalizada produzir. Nós a faremos produzir com o Estado, com os trabalhadores, convidando a iniciativa privada? Mas, no caso do petróleo, a PDVSA tem que ser do Estado. Essa é a minha opinião.

Valor: Os preços da gasolina na Venezuela são subsidiados, estão muito abaixo do valor de mercado...

Capriles: [interrompendo] É a gasolina mais barata do mundo.

Valor: O senhor pretende reduzir esses subsídios?

Capriles: Chegando ao governo, não podemos nem vamos aumentar a gasolina. É preciso tomar várias decisões antes de abrir esse debate. Quando o venezuelano tiver mais dinheiro no bolso, porque a economia está produzindo, não somente vendendo petróleo, aí eu direi: "Abramos o debate". E que o venezuelano diga: "Estão nos dando esse petróleo de presente. Governo, aumente o preço da gasolina". Que seja quase um clamor da população. Não se pode aumentar agora o preço da gasolina, porque o venezuelano vai dizer: "Por que você vai transferir para mim a sua má gestão, a sua forma errada de levar a economia?"

Valor: Como o senhor vê a entrada da Venezuela como membro pleno no Mercosul [já aprovada por Brasil, Argentina e Uruguai, restando apenas ratificação do Congresso paraguaio]?

Capriles: A primeira coisa que eu faria é reintegrar a Venezuela à CAN, a Comunidade Andina de Nações, que é o eixo natural para a Venezuela. Colômbia, Peru, Equador. Eu acho que esse processo de discussão com o Mercosul tem muito mais força se feito com a CAN. Temos que ver o quanto é benéfico para a Venezuela entrar no Mercosul. Se você me perguntar: "É benéfico?". Eu diria: "Conversemos com o Mercosul a partir da CAN". Eu vejo muito mais a Venezuela negociando com o Mercosul dentro da CAN, não somente a Venezuela.

Valor: O senhor não vê a Venezuela como um membro pleno do Mercosul?

Capriles: Eu sou totalmente a favor da integração latino-americana. O Brasil é a sexta economia do planeta. Não posso comparar o Brasil em termos de competição com a Venezuela. Nós ficamos para trás. Eu acho

que podemos ter muito mais força, em termos de negociação com o Mercosul, se nos incorporarmos à CAN.

Valor: O que aconteceria com a Alba [...] em um governo Capriles?

Capriles: Eu não quero ser líder do mundo. Eu quero ser líder da Venezuela. Chávez tem uma agenda política em todos os esforços de integração que é promover a luta do Sul contra o Norte.

Valor: Mas a Alba deixaria de existir em seu governo?

Capriles: Não tem por que deixar. Eu estou de acordo com todos os esforços de integração na América Latina, desde que não sejam excludentes. Agora, não concordo em criar instâncias para defender mudanças na Constituição, constituições que são feitas sob medida. Essa é a agenda de Chávez. Essa não é a minha agenda.

Valor: Como seria a relação da Venezuela com os Estados Unidos no seu governo?

Capriles: Como seria com qualquer outro país da região. De respeito, de igual para igual. Eu não sou imperialista, nem creio no imperialismo. Eu acho que nós devemos ter uma boa relação com os Estados Unidos, porque isso nos interessa em termos econômicos. A presidente Dilma está hoje [anteontem] conversando com o presidente Obama. O que vai dizer Chávez desse encontro? Ele vai desqualificá-la por reunir-se com o presidente dos EUA?

Valor: Com quem o senhor pretende se encontrar no Brasil?

Capriles: Há uma agenda que nós estamos preparando, mas ela ainda não está toda pronta. A minha ideia, além de tratar de temas econômicos, é ver a pacificação que houve nas favelas do Rio. Creio que é interessante o que se conseguiu em termos da redução da violência. Já foram feitos alguns contatos, mas eu tenho sido muito reservado, para que o governo da Venezuela não trate de sabotar a minha visita ao Brasil. Com esse governo que nós temos atualmente na Venezuela, isso pode acontecer.

Por exemplo, se eu vou ter um encontro com Lula, é possível que Chávez aja para evitar que Lula me receba.

Valor: O senhor já conhece Lula? Pretende encontrá-lo?

Capriles: Eu não conheço o Lula, mas tenho pessoas conhecidas que o conhecem, do Brasil e da Venezuela. Mas nisso eu tenho sido muito reservado, porque senão me sabotam a visita. Eu quero que a visita seja exitosa, porque eu já disse que o modelo brasileiro é um modelo a ser copiado na Venezuela.

Valor: O que o senhor quer dizer com "modelo brasileiro"? Que pontos desse modelo precisam ser copiados na Venezuela?

Capriles: No Brasil e como na Venezuela, o governo tem um papel importante a cumprir no combate à desigualdade social, à pobreza. Eu, em Miranda, tenho o programa "Hambre Zero" [Fome Zero], e eu me inspirei no Bolsa Família. O Brasil entendeu muito bem o papel do governo, mas também entendeu muito bem o papel do setor privado. O Brasil tem um Estado muito poderoso em temas sociais e um setor privado forte, que gera os empregos que o Estado precisa para tirar as pessoas da pobreza. O sucesso que eu vejo no Brasil, à diferença da Venezuela, é que não é um modelo assistencialista. O Brasil foi muito além, atraiu investimentos estrangeiros, gerou empregos no setor privado. O caso venezuelano é o contrário, é o Estado tendo a cada dia mais controle, mais poder, mais empresas, mais empregos. O Brasil decolou, e a Venezuela está estagnada, com uma das inflações mais altas do mundo. Eu digo sempre aos brasileiros. Não é porque há uma boa relação entre Lula e Chávez, ou entre Dilma e Chávez, que a Venezuela está nas mesmas condições que o Brasil.

Valor: Chávez tem uma relação muito próxima com Lula e com setores do PT. O senhor acredita que pode ter uma boa relação com o governo brasileiro petista?

Capriles: Eu estou seguro de que nós vamos manter uma relação melhor com o Brasil do que a que hoje mantém o governo venezuelano com o governo brasileiro. Porque nosso modelo será similar. No Brasil, entendem o que significa a democracia. Minha visão de poder é de não reeleição indefinida [aprovada durante o governo Chávez], a importância das instituições. O Brasil acaba guardando para si [sobre os atos de Chávez] para evitar inconvenientes. E eu sei disso porque tem muita gente que eu conheço lá. O próprio Lula criticou [ao recusar a possibilidade de uma segunda reeleição] o tema de um presidente que queira estar para sempre no poder. Dentro das relações pragmáticas, porque há relações econômicas importantes, muitas vezes fecha-se o bico e há coisas que não se dizem. Mas eu sei o que se pensa no Brasil.

## Paraguay – ABC Color



### **A ocho meses de las internas hay trece candidatos “presidenciables”**

Mientras que la Justicia Electoral solo habilitará el periodo electoral el 21 de agosto, con la convocatoria a elecciones generales para el 21 de abril de 2013, trece personas ya han “lanzado” sus respectivas candidaturas a la Presidencia de la República. Solo en el oficialismo luguista existen ya seis precandidaturas anunciadas, sin contar la de los candidatos del PLRA.

Según el cronograma electoral establecido a través de la resolución 3/2012 del Tribunal Superior de Justicia Electoral, el martes 21 de agosto de este año es la fecha en la que se realizará la convocatoria a elecciones a presidente y vicepresidente de la República, senadores, diputados, parlamentarios del Mercosur, gobernadores y miembros de las juntas departamentales. Es decir, recién en cuatro meses más debería iniciarse el frenesí proselitista, especialmente para las internas partidarias, cuyas fechas de realización oficial van desde el 9 de diciembre de 2012 al 20 de enero de 2013.

Esto quiere decir que a ocho meses de la habilitación oficial de las elecciones internas, ya están en carrera proselitista nada menos que 13 precandidatos a la presidencia de la República.

En carrera

**PRECANDIDATOS PRESIDENCIALES**

<b>OFICIALISTAS DEL FRENTE GUASU</b> 			<b>PARTIDO COLORADO</b> 		
 TEKOJOJA Sixto Pereira	 20 DE ABRIL Miguel López Perito		 FRENTE PARA LA VICTORIA Javier Zacarías Irún	 PARTICIPACIÓN REPUBLICANA Lilian Samaniego	 HONOR COLORADO Horacio Cartes
 PMPP-PCP-PUP Luis Bareiro Spain *	 VARIOS Mario Ferreiro	 PPC Esperanza Martínez	<b>PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO</b> 		
			 EQUIPO JOVEN Blas Antonio Llano	 FRENTE DE INTEGRACIÓN LIBERAL Efraín Alegre Sasain **	

  

<b>PATRIA QUERIDA</b> 	<b>FRENTE GUASU</b> 	<b>PARTIDO UNACE</b> 
 Miguel Carrizosa	 CANDIDATA OFICIALISTA FUERA DEL FRENTE GUASU KUÑA PYRENDA Lilian Soto	 Lino César Oviedo
	* próximo a oficializar candidatura	** formaría dupla con Rafael Filizzola

El bloque oficialista del Frente Guasu es el que más “presidenciables” presenta, con siete nombres en juego: Sixto Pereira, de Tekojoja; Mario Ferreiro, quien tiene el respaldo del P-MAS, PDC , PRF, MIF y PPS. Miguel López Perito, del Movimiento 20 de Abril; Luis Bareiro Spain, quien tiene el respaldo de los comunistas, Unidad Popular y el Movimiento Patriótico Popular, y Esperanza Martínez, respaldada por Participación Ciudadana. Fuera del Frente Guasu, pero también en el oficialismo se presenta Lilian Soto, de Kuña Pyrenda y, al menos por el momento, Blas Llano del PLRA, aunque Efraín Alegre sigue en carrera, pero fuera del luguismo. El ex ministro buscará presentarse en dupla con Rafael Filizzola.

En la oposición, la ANR tiene hasta ahora tres candidatos ya “lanzados”: Javier Zacarías, del Frente para la Victoria; Horacio Cartes, de Honor Colorado, y Lilian Samaniego, de Participación Republicana. Enrique Riera también estaría en carrera, aunque aún no confirmó su lanzamiento. En el Unace ya es histórica la precandidatura presidencial de su líder, Lino



Oviedo, mientras que Patria Querida lanzó hace varios meses ya la candidatura de Miguel Carrizosa.

¿Y los fiscales electorales?

Según algunas fuentes de la Justicia Electoral, los fiscales de dicho fuero deberían haber intervenido de oficio tanto durante la propaganda que se realizó para la votación a través de las “urnas delivery” del PLRA, especialmente en ciudades que son cabeceras departamentales, como impidiendo la visualización de logos, fotografías y duplas “oficiosas” a través de las redes sociales.

Uno de los casos más cuestionados es el de los ex ministros Efraín Alegre y Rafael Filizzola, quienes prácticamente oficializaron una dupla electoral. Sin embargo, aún no han informado a través de qué mecanismo legal podrían oficializar una chapa.

## Paraguay – ABC Color



### Paraguay se une a una campaña regional contra el trabajo infantil



“El Mercosur unido contra el trabajo infantil” es el nombre de la campaña que lanzaron ayer en forma simultánea los cuatro países que integran el bloque. En Paraguay la presentación la hizo el ministro de Justicia y Trabajo, Humberto Blasco.

La campaña, presentada ayer por el titular del Ministerio de Justicia y Trabajo, tiene por objetivo concienciar acerca de los riesgos a los que se exponen los niños trabajadores y desalentar la contratación de niños para el servicio doméstico.

Si bien la campaña busca erradicar el servicio infantil en todo el territorio nacional, se hará especial énfasis en las ciudades fronterizas, según explicó Blasco.

“Esta es una problemática que afecta a miles de niños en cada uno de los cuatro países –Paraguay, Argentina, Brasil y Uruguay–. La mejor manera de encarar la situación es de forma articulada y la campaña se centrará fundamentalmente en las ciudades fronterizas, donde los niños están en situación de mayor vulnerabilidad a la trata de personas, labores domésticas y en las cosechas”, señaló.

Al mismo tiempo recordó que en Paraguay la forma más frecuente de trabajo infantil es el criadazgo, a través de lo que definió como un “perverso padrinazgo de niños, con fines de su explotación laboral”.

“En estas condiciones, los niños que prestan servicio doméstico, son sustraídos del sistema educativo en la mayoría de los casos”, sostuvo.

#### Publicidad

En una primera etapa, la campaña estará orientada a la difusión de la problemática a través de los medios de comunicación, para instar a la ciudadanía a denunciar los casos de explotación infantil a la línea 147, habilitada a tal efecto.

Así también se incluirán cláusulas en los contratos de las diferentes entidades estatales, que les prohíban contratar con empresas que tienen a niños en su plantel de empleados.

Sin embargo, la cuantificación de los niños y adolescentes en régimen laboral es una tarea pendiente, debido a que los mismos empleadores les ocultan de sus registros y planillas.

La publicidad será financiada por organismos internacionales como la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y con presupuesto de la cartera estatal.

#### Desconocen cifras de afectación

En Paraguay no hay siquiera una estimación sobre la cantidad de niños y adolescentes que trabajan.

El Ministerio de Justicia y Trabajo considera que son miles, a base de datos proporcionados por el Ministerio de Educación y Cultura sobre la deserción escolar, que tiene como principal antecedente el trabajo infantil.

La única circunstancia en que un niño puede trabajar está prevista en el Código Laboral, que dispone que los mayores de 14 años pueden hacerlo, aunque siempre en un ambiente saludable y sin apartarse del sistema educativo.

## Paraguay – ABC Color



### Donaron al Paraguay US\$ 1.050 millones



El actual Gobierno recibió una donación de US\$ 1.050 millones a diciembre de 2011, informó ayer Hugo Royg, titular de la STP. La cifra se abulta con la línea de 500 kV.

Royg presentó ayer a la mañana en el Palacio de López un informe detallado de la donación que recibió el Gobierno de Lugo, que asumió el 15 de agosto de 2008. A diciembre de 2011, la administración actual percibió un total de US\$ 1.050 millones de cooperación internacional no reembolsable (donación).

En la cifra fueron incluidos US\$ 607,75 millones que corresponden a la construcción de la línea de transmisión de 500 kV financiada por el Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur (Focem).

Entre los mayores cooperantes se encuentran (en este orden) España, la Unión Europea, Taiwán, Japón, EE.UU.,

Naciones Unidas, Alemania, Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Corea, Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento (BIRF), Organización de Estados Americanos (OEA), Marruecos, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA, Corporación Andina de Fomento (CAF) y Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

La cooperación regional abarca el 58% con 607,75 millones de dólares con 19 programas y/o proyectos financiados por el Focem, la cooperación bilateral aporta el 28% con 298,68 millones de dólares a través de 81 proyectos. Por último, la multilateral llega al 14% con 142,9 millones correspondiente a 143 programas.

La pobreza afecta al 34,7% de la población

El informe sobre cooperación no reembolsable divulgado ayer por el Gobierno destaca que la pobreza afecta al 34,7% de la población total del país, lo que significa que cerca de 2.198.000 de personas residen en hogares cuyos ingresos son inferiores al costo de una canasta básica de consumo.

A criterio del Gobierno nacional, entre los motivos que mantienen estos niveles de pobreza se destaca la distribución inequitativa de los ingresos entre la población.

Pero el Gobierno afirma que en los últimos cuatro años los niveles de pobreza disminuyeron en un 10%, pero la desigualdad sigue siendo elevada, destaca el informe.

Uruguay – El País

## EL PAIS

### LA COLUMNA DE PEPE PREGUNTÓN. ¿Ya abril?

Pasó la Semana Santa. Terminó la Semana de Turismo. Se cerró la Semana Criolla. Y llegó a Montevideo el último ciclista. ¿No será tiempo de ponernos a trabajar considerando que ya estamos llegando a la mitad del cuarto mes del año, que se nos fue el primer trimestre entre el verano, el Carnaval y otras yerbas, que todavía nos quedan las vacaciones de invierno y de primavera, y que en noviembre ya vamos a estar todos con la cabeza de nuevo en las vacaciones por venir?

Parece tiempo de poner foco. La tarea es mucha. Y variada.

Veamos. De educación se habla mucho, ¿pero qué queremos haber hecho cuando haya terminado 2012? ¿Hay alguien que lo tenga claro? ¿Cuál es el objetivo, por encima de declaraciones, acuerdos y anuncios?

Del Mercosur también hablamos mucho. Queremos "más y mejor Mercosur", aunque el Mercosur es papel mojado. ¿Qué vamos a hacer? ¿Vamos a seguir poniendo la otra mejilla a Cristina, Moreno & Cía.? ¿Y con Brasil? ¿Vamos a salir a buscar otros mercados, además de decir que lo haremos? ¿Y cuáles son? ¿Cómo pensamos conquistarlos? ¿Qué queremos de cada uno de ellos? ¿Tenemos una estrategia adecuada y la gente más idónea para alcanzar el éxito?

De inversión hablamos. Nos gusta que lleguen inversiones. Las salimos a buscar y les ponemos alfombra roja. ¿Estamos dispuestos a empezar a trabajar para que los inversores que ya llegaron sientan que este es un país para quedarse? ¿Y a discutir las rigideces del modelo laboral? ¿Hay voluntad de escuchar a los empresarios, a los inversores, o solo queremos que vengan a invertir para luego hacerles sentir que tomaron la decisión equivocada? ¿Vamos a seguir amparando ocupaciones y piquetes? ¿Vamos a trabajar para que las relaciones laborales recuperen su

equilibrio o habrá que esperar a que los que vinieron comiencen a irse silbando bajito para reaccionar?

De derechos humanos hablamos. Mucho. Muchísimo. ¿Pero estamos prontos para comenzar a construir futuro y no solo pasado? ¿Dónde queremos estar a finales de 2012? ¿En el mismo punto de hoy? ¿Discutiendo quién tiene que pedir perdón, quién la empezó y quién la siguió? ¿O queremos empezar a trabajar en serio sobre los derechos humanos que hoy se violan contumazmente sin que a nadie parezca importarle demasiado? ¿Vamos a encarar en serio el tema de la seguridad pública? ¿Y el de la minoridad infractora? ¿Y el de las personas en situación de calle? ¿Y el de la mendicidad infantil?

¿Vamos a acelerar a fondo con los proyectos de Participación Público-Privada? ¿Vamos a construir la infraestructura que necesitamos para sostener el crecimiento? ¿Vamos a apostar a los diferenciales que vuelven al país atractivo hacia fuera? ¿Lo vamos a hacer en los siete meses y medio que nos quedan? ¿O dejaremos que el tiempo siga pasando?

El último ciclista llegó a la meta. Algunos ya proponen convocar a una Asamblea Nacional Constituyente para reformar la Carta Magna. Digo yo, ¿no será tiempo de ponernos, de una vez por todas, a trabajar en serio y en lo que importa?

elpepepregunton@gmail.com



## Uruguay – El País

# EL PAIS

### Una cita con los "yanquis"

ANTONIO MERCADER

Pese a que Lucía Topolansky abogó hace poco por una integración regional "sin yanquis ni gallegos", José Mujica estará en la VI Cumbre de las Américas a celebrarse este fin de semana en Cartagena, Colombia, en presencia del presidente de Estados Unidos, Barack Obama. Acierta el gobernante uruguayo al acudir a esa cita para hablar de integración desoyendo a su propia esposa y también a su colega ecuatoriano Rafael Correa, que falló en el intento de boicotear la reunión.

Las realidades del gobierno obligan a Mujica a soslayar las románticas ideas de la "patria grande" latinoamericana expuestas hace poco por la senadora Topolansky en un mitin "kirchnerista", así como los llamados de Correa a solidarizarse con Cuba, excluida de la reunión por el veto estadounidense. Demasiados problemas tiene nuestro país con la región, en particular con sus vecinos y socios del Mercosur, como para cerrarse las puertas al contacto con los líderes de 33 países.

Entre ellos, Obama es obviamente la figura más requerida, incluso por Mujica que viene gestionando desde hace meses un encuentro privado con el ocupante de la Casa Blanca cuya realización aún no fue confirmada. Si ambos llegaran a dialogar se anticipa que Mujica abogará por incluir a Cuba en próximas cumbres en tanto que Obama lo consultaría sobre las posibilidades de reiniciar negociaciones para firmar un Tratado de Libre Comercio (Tlc) con Uruguay.

Es posible que en la Cumbre surjan denuncias sobre el proteccionismo implantado por países como Argentina, lo cual suscitará planteos a los que Uruguay no debería estar ajeno más allá de los compromisos que Mujica

pueda haber asumido en su reciente entrevista en Buenos Aires con Cristina Kirchner.

Una fuente de sorpresas será el llamado "Davos colombiano", una conferencia paralela entre presidentes y empresarios en donde Mujica y Piñera -pareja desaparece si las hay- alternarán como los principales disertantes del panel sobre infraestructura ante altos ejecutivos del continente.

Quizás lo más importante, como apuntó el ex canciller mexicano Jorge Castañeda, es que este encuentro será una especie de "barómetro de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina". Si eso es lo más significativo de la reunión de Cartagena todo indica que la potencia del Norte y su presidente no saldrán bien parados. En la última cumbre, realizada en Trinidad y Tobago tres años atrás, un eufórico Obama anunció un cambio de paso en la política de su antecesor, George W. Bush, al proponer una "renovada relación" con los países latinoamericanos.

Nada de eso ocurrió. Fuera de las esporádicas visitas a algunas capitales de la región, Obama ignoró metódicamente a sus vecinos sureños. Prueba de ello es que en su último mensaje al Congreso, en el tradicional discurso presidencial sobre el "Estado de la Nación", no hizo una sola mención a los países que se extienden al sur del río Bravo.

Empero, en este año de elecciones en Estados Unidos en donde el voto hispánico resulta gravitante, Obama tendrá que esforzarse para no desilusionar a sus pares americanos y de paso a la comunidad latinoamericana radicada en su país. Por ello, es probable que renueve el ofrecimiento de tratados de libre comercio, una oportunidad que, vistas las actuales circunstancias y más allá de los prejuicios ideológicos de la izquierda con los "yanquis", el gobierno uruguayo no debería desaprovechar.

## Uruguay – El Este de Rocha



### MERCOSUR CONTRA EL TRABAJO INFANTIL EN FRONTERAS

Con el objetivo de concientizar en la prevención y erradicación del trabajo infantil -con especial énfasis en el trabajo agrícola, doméstico para terceros y la explotación sexual- se lanzó la campaña de comunicación El Mercosur Unido contra el Trabajo Infantil.-

La campaña estará centralizada en las ciudades fronterizas Paso de los Libres, Uruguayana, Posadas, Encarnación, Rivera, Livramento, Puerto Iguazú, Foz de Iguazú y Ciudad del Este.

"El trabajo infantil genera daños irreversibles en la salud psicofísica de los niños y las niñas, perjudicando su proceso de desarrollo y particularmente su integración a la educación", se desprende del informe realizado.

La campaña contará con piezas gráficas y un spot radial y los afiches serán difundidos en edificios públicos, establecimientos educativos, centros de salud, lugares de esparcimiento, turísticos y paradores de las rutas. En tanto que los spot radiales han sido grabados por diversas personalidades de cada uno de los países.

Esta actividad se desarrollará en forma conjunta, y coordinada en los cuatro países integrantes del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay).

Los trabajos y materiales ejecutados estarán presentados en los tres idiomas que se manejan en el Mercosur, ya que el alcance es internacional.

Fuente: El País Digital

## Uruguay – El Telégrafo de Paysandú

# EL TELEGRAFO.COM

### **JUNTA DEPARTAMENTAL Analizaron medidas comerciales de Argentina en perjuicio de Uruguay**

El plenario de la Junta Departamental levantó el cuarto intermedio de la sesión extraordinaria comenzada el jueves 29 de marzo y consideró varios temas bajo la presidencia del edil Carlos Uslenghi.

Tras ser planteada una inquietud del nacionalista Claro Suárez bajo el título "Cuando el Mercosur se convierte en una trampa por denuncias perversas de uno de sus socios", en alusión a las acciones argentinas para impedir que la carne uruguaya ingresara al mercado chino, se abrió un diálogo sobre la situación actual. Intervinieron ediles de las tres bancadas, con un eje visible sobre la necesidad de mantener las relaciones bilaterales, "no ir a una guerra con Argentina", así como la necesidad de que el Uruguay tenga "una política exterior de Estado".

En general el tratamiento de la mayoría de los temas fue ágil, excepto aquellos en los que a pesar de estar escrita una moción o inquietud (no se vota y pasa directamente donde el edil lo solicita) el interesado interviene oralmente para argumentar al respecto. Esto ocurrió anoche con el tema "Mantener limpia a la ciudad", presentado por la edila nacionalista Nelda Teske, que dio lugar a la intervención de Rubens Francolino, Patricia Vásquez Varela, Rafael Bartazabal, Francis Soca (del PN) y Liliana Geninazza (del FA). Finalmente, Walter Meireles solicitó la aplicación del artículo 50 (moción de orden que corta el debate) "porque no vamos a criticar tanto a la Intendencia, si todos vimos que en la Semana de la Cerveza cuando llega tanto turismo, la ciudad estuvo limpia".

Rubens Francolino apuntaló su planteo sobre la necesidad de reimplantar el voto interdepartamental y simplificar el observado, lo que ya fuera

publicado por EL TELEGRAFO, recordando que fue retirado por la dictadura. "Ello le costó al interior nada menos que 150.000 votos y a Paysandú la pérdida de una banca en la Cámara de Diputados", sostuvo.

#### OCUPACIÓN DE VEREDAS

Tras el planteo de una breve moción de la edila Raquel Medina, del FA, sobre la ocupación de veredas --específicamente en República Argentina entre Vicente Mongrell y Grito de Asencio, "donde hay hasta un camión"-- intervino Nelda Teske desde la bancada del PN. Dijo que "la automotora a la que se refiere la moción no genera problemas al paso peatonal". También dio una serie de referencias de inconvenientes por veredas ocupadas por comercios instalados formal e informalmente en distintos puntos de la ciudad.

La edila Medina acotó que "en esta moción yo me referí a esa automotora, muchos ediles lo han hecho sobre otros espacios. No voy a retirar la intimación porque la señora edila (Teske) anduvo mirando, y no solamente por la vereda que construyó ese comercio. También que diga que ?"y lo ha dicho-- que no se puede hacer ninguna intimación a ese señor porque ha dado plata para la campaña del Partido Nacional".

Teske se mostró sorprendida por la respuesta explicando no tener conocimiento "del planteo que hace (Medina) a nivel político, la vi un poco agresiva con un comercio que exhibe y lo hace sin obstáculos, cuando hay otros con situaciones mucho más graves que esa".

También intervinieron en este tema Martín Pitetta y Luis Lopardo, del FA, quien reivindicó el papel de la Comisión de Tránsito, adonde se debe dirigir el tema planteado a efectos de que allí se le tramite como corresponda. El presidente Uslenghi recordó entonces que hay un decreto de reciente aprobación sobre la ocupación de espacios públicos, lo que fue suscripto por los ediles Francis Soca (PN) y Alvaro Alza (PC) en el sentido de que se respete lo legislado por la Junta Departamental y que fundamentalmente "la Intendencia cumpla con su papel de Policía

administrativa". El edil Carlos Laborde (PN) sostuvo que "el problema es de sistema y mientras acá hablamos los ediles, los intendentes (hablo de distintas administraciones) no hacen nada". Pidió entonces la aplicación del artículo que corta el debate, dando el tema por "suficientemente debatido" y que se pasara a votar. Fue aprobado por 28 en 29 ediles presentes en sala.

#### SOBRE MEJORAS AL TRÁNSITO

Asimismo se consideró una inquietud escrita de la edila Sandra Navadián (FA) sobre el mejoramiento del tránsito de Paysandú, la cual intervino oralmente para ampliar sus fundamentaciones. Hizo referencia a una reciente reunión de la Unasev, con presencia de ediles departamentales y preguntó: "¿por qué cuando hay aportes del ciudadano común no hay recepción de la otra parte? Una interrogante para el encargado de Movilidad Urbana (de la Dirección de Tránsito) porque si al tránsito lo mejoramos entre todos, ¿por qué no se toman o copian ideas?" Se le sumó el edil nacionalista Walter Meireles, quien dijo haber estado "en la reunión a la que refiere la edila y creo que sí se han presentado ideas para que mejore el tránsito de Paysandú, pero al menos a los ediles que hemos participado en esas reuniones no se nos ha tenido en cuenta".

Uruguay – La Diaria

## la diaria

### NIÑOS / ADULTOS MAYORES

En cadena "El Mercosur unido contra el trabajo infantil" se denomina la campaña dada a conocer ayer por el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS), que se desarrollará en forma conjunta en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, específicamente en las ciudades fronterizas Paso de los Libres, Uruguayana, Posadas, Encarnación, Rivera, Sant"Ana do Livramento, Puerto Iguazú, Foz de Iguazú y Ciudad del Este. El cometido es "concientizar a la sociedad en la necesidad inmediata de prevenir y erradicar el trabajo infantil", haciendo hincapié en las tres actividades más riesgosas: trabajo agrícola, doméstico para terceros y explotación sexual.

Lo que motiva la campaña que constará de piezas gráficas y un spot radial es el daño irreversible que produce en la salud psicofísica de los niños y las niñas, lo que perjudica su desarrollo e integración en el sistema educativo.

Nuevo plan El Ministerio de Desarrollo Social (Mides) presentó el Instituto Nacional del Adulto Mayor (Inmayores) con el fin de dar visibilidad y proteger los derechos de las personas mayores de 65 años. También tiene por cometido estimular la participación de organizaciones que nuclean personas mayores en la gestión de políticas de vejez y concretar a futuro un Plan Nacional de Envejecimiento y Vejez.

Adriana Rovira, directora del instituto, explicó que los cuatro conceptos estratégicos de trabajo son asegurar la dignidad de los adultos mayores; ampliar la protección efectiva real para estos colectivos; fortalecer su autonomía, y promover una ética de solidaridad intergeneracional.

Asimismo, se pretende que el instituto contribuya con la instalación del Sistema de Cuidados. Inmayores sustituye al Programa del Adulto Mayor que funcionaba en el ministerio.

## Uruguay – Últimas Notícias

# ULTIMAS NOTICIAS

### **La unidad latinoamericana complica logística de Londres. EDITORIAL**

El respaldo de América Latina al reclamo de soberanía de Argentina sobre las Islas Malvinas acentuó la negativa británica a sentarse a negociar, tal como lo demanda Naciones Unidas desde 1965, y da cuenta de un escenario de unidad difícil de romper.

La Unión de Naciones Sudamericanas (Unasur), el Mercado Común del Sur (Mercosur), la Alianza Bolivariana (Alba), la Comunidad de Estados de Latinoamérica y El Caribe (Celac), la Organización de Estados Americanos (OEA) y la Cumbre Iberoamericana realizaron pronunciamientos que exhortan a que las partes se sienten a negociar. Y cada uno de estos países demostró en los últimos meses que cumpliría con las declaraciones firmadas en esas organizaciones, incluso pese a la presión de Londres. Esto reforzó la tensión creciente entre el Reino Unido y Argentina por la soberanía de las islas pocos días después de la conmemoración del inicio de la guerra, el pasado 2 de abril.

Ya en enero de 2011, poco después de asumir como presidenta de Brasil, Dilma Rousseff rechazó que un buque de protección de las Malvinas, HMS Clyde, parara en Río de Janeiro. La embarcación debió cambiar la ruta e ir a Chile, que aún permitía a la Royal Navy atracar allí. Pero, en diciembre, el Mercosur -integrado por Brasil, Paraguay, Uruguay y Argentina, con Bolivia, Chile, Perú, Ecuador, Colombia y Venezuela como países asociados- resolvió que ningún barco con bandera de las Islas Malvinas podría atracar en sus puertos.

Esa decisión fue repudiada por Gran Bretaña, que intentó revertir la situación. Sin embargo, en enero pasado se encontró con un rechazo a un barco en Montevideo. "No va a entrar ningún barco con bandera de



Falklands. Esto es una decisión política que apunta a que no entren barcos de esa jurisdicción a puertos uruguayos", afirmó a fines de enero el canciller uruguayo, Luis Almagr6.

"Un enclave colonial en territorio sudamericano nadie lo puede ver bien. Nosotros lo vemos muy mal y lo hemos destacado permanentemente. Es un acto de prepotencia colonialista sobre un territorio sudamericano", asever6. En octubre de 2011, Unasur habia declarado que rechazaba el desplazamiento de la fragata HMS Montrose al Atl6ntico Sur porque esa "presencia militar" era "contraria a la pol6tica de la regi6n de apego a la b6squeda de una soluci6n pac6fica de la controversia de soberan6a". Y fue el 19 de marzo cuando esta declaraci6n se puso en juego. Es que la fragata tenia planificado repostar en el Puerto del Callao en Per6, en el marco de un programa de operaciones conjuntas de ambos pa6ses.

Primero trascendi6 que la embarcaci6n atracar6 all6. Por la tarde, el canciller peruano, Rafael Roncagliolo, inform6 que habia quedado sin efecto el programa con la nave Montrose. "Esta decisi6n ha sido adoptada en el esp6ritu de los compromisos de solidaridad latinoamericana asumidos en el marco de Unasur respecto de los leg6timos derechos de la Rep6blica Argentina", explic6 el ministro.

El Reino Unido respondi6 inmediatamente que lamentaba esa decisi6n y que no comprendia el motivo por el cual Per6 no habia informado esto en la reuni6n que pocos d6as antes habian mantenido el presidente Ollanta H6mala y el n6mero dos de la canciller6a brit6nica, Jeremy Browne. Todas estas decisiones han dificultado la log6stica para las naves de Gran Breta6a que desarrollan tareas en Malvinas, pero adem6s complicaron el escenario diplom6tico de Londres. Incluso Estados Unidos, su aliado en la guerra, llam6 al di6logo en dos oportunidades en los 6ltimos meses. La primera, en enero, cuando el Departamento de Estado dijo: "Alentamos a las partes a resolver sus diferencias a trav6s del di6logo en los canales diplom6ticos normales" y a6nadi6 que reconocia "de hecho la administraci6n del Reino Unido de las islas", pero el pa6s "no toma posici6n con respecto a la

soberanía". Estas declaraciones fueron reiteradas por Washington cuando Londres las puso en duda. Días pasados, ante noticias de medios británicos sobre una misión de empresarios uruguayos a las Malvinas y la consecuente comparación que se hizo entre el bloqueo comercial estadounidense a Cuba y las medidas adoptadas hacia las islas por la región latinoamericana, Uruguay negó ese hecho y respaldó "las reivindicaciones de soberanía de Argentina". El canciller Almagro aseveró que "no existe" un bloqueo "de ningún país del continente" hacia las Malvinas y consideró que en Cuba "sí existe un bloqueo violatorio del derecho internacional".

Sí aclaró que el Estado uruguayo no se entrometería en la misión empresarial a las islas porque se trataría de una violación de los derechos humanos de sus habitantes.

## Uruguay – Últimas Notícias

# ULTIMAS NOTICIAS

### **Otra gestión de buena voluntad de Mujica en Argentina. EDITORIAL**

Durante un sorpresivo viaje a Buenos Aires, el presidente José Mujica solicitó a su par argentina, Cristina Fernández, que se apliquen preferencias comerciales por fuera de las arancelarias con el objetivo de "aliviar" la situación de muchas industrias uruguayas que se ven perjudicadas por las medidas proteccionistas del país vecino.

En el encuentro desarrollado en la residencia de Olivos, que duró unos 45 minutos y que había sido acordado hace varias semanas, la delegación uruguaya hizo hincapié en que se revea la política proteccionista que dificulta el flujo comercial para varios productos de fabricación nacional. La reunión, que también contó con la participación del subsecretario de Economía, Luis Porto, del embajador uruguayo en Buenos Aires, Guillermo Pomi, y del secretario de Legal y Técnica de la Presidencia argentina, Carlos Zanini, comenzó con una puesta a punto sobre la marcha de los ámbitos de negociación instalados hace varios meses y un diagnóstico sobre la situación internacional y regional. El planteo uruguayo se enfocó en que Argentina acepte implementar un sistema de preferencias para la mercadería uruguaya, de acuerdo a los sistemas de tratamiento de asimetrías previsto en el bloque. De acuerdo con la versión que dieron los representantes uruguayos en el encuentro, ambas partes coincidieron en que la situación mundial es incierta y que la pérdida de competitividad de las monedas continuará por muchos meses. Es por ello que la estrategia del gobierno uruguayo apuntó a conseguir soluciones provisorias que sirvan de alivio y den garantías de futuro a los industriales uruguayos. Como se ve, el presidente Mujica volvió a hacer pesar su excelente relación personal con la mandataria argentina para intentar solucionar una injusta situación que tiene a mal traer a los empresarios compatriotas.

Sucede que las medidas proteccionistas que en el curso de los últimos meses ha adoptado Argentina han mostrado sus devastadores efectos en los datos de exportaciones hacia esa nación correspondientes al pasado mes de febrero. De acuerdo con un informe dado a conocer por la Unión de Exportadores del Uruguay realizado en base a los Documentos Únicos de Aduanas (Duas), el efecto de las trabas comerciales que está aplicando el vecino país desde inicios de febrero quedó en evidencia con una caída de 46,61% en las solicitudes de exportación uruguayas de bienes con ese destino.

Esta situación tiene como telón de fondo un severo problema fiscal que enfrenta el gobierno argentino, entre otras cosas por sus dificultades para captar fondos frescos en los mercados externos. Este problema ha terminado golpeando a los países que son sus socios en el Mercosur y particularmente a Uruguay, que tanto necesita colocar sus productos en ese mercado. Es de esperar que la gestión del presidente y su delegación no termine cayendo en saco roto, como ha sucedido con otras similares que se han ensayado en los últimos años y que no arrojaron resultados positivos.

## Uruguay – El Observador

### EL OBSERVADOR

**Empresarios escépticos en lograr avances en diálogo con Argentina. Comercio. Los industriales valoran las gestiones del gobierno, pero afirman que no se advierten avances**

Los empresarios valoran el gesto y la persistencia del gobierno uruguayo para intentar levantar las trabas sobre las exportaciones locales a Argentina, aunque son escépticos y mantienen la incertidumbre respecto de un resultado positivo a mediano y largo plazo porque consideran que todo está en manos de los "vaivenes" del relacionamiento político entre ambos países. De hecho, en los últimos meses la falta de acuerdo acerca de los plazos para construir una planta regasificadora o el dragado del canal Martín García han evidenciado puntos donde las partes han mostrado notorias diferencias.

El directivo de la Unión de Exportadores, Álvaro Queijo, dijo a El Observador que si bien se valora la "actitud" del gobierno para buscar una salida a las restricciones al comercio con la vecina orilla, Uruguay "solamente" puede quedarse con la palabra y la buena voluntad del Ejecutivo que encabeza Cristina Fernández, ya que firmar algún tipo de documento expondría a Argentina a una cadena de denuncias de sus socios comerciales ante la Organización Mundial del Comercio (OMC).

"Si mañana la voluntad cambia, cómo algún empresario puede tener la certeza para invertir con un acuerdo de palabra. Se hace lo que se puede, pero el panorama es muy complicado", reconoció Queijo.

En la misma línea, el vicepresidente de la Cámara de Industrias (CIU), Gabriel Murara, destacó la "persistencia" del gobierno uruguayo para encontrar una solución al problema, aunque recordó que "promesas" de agilizar el comercio por parte de Argentina ya se "han recibido muchas. Quizá en esa oportunidad pueda definirse algún cambio al respecto",

auguró. De todas formas, el industrial advirtió que mientras se espera una solución de corto plazo, varias empresas "han quedado por el camino" porque su único mercado era Argentina y las trabas datan desde enero de 2010.

"Varias empresas que exportaban directamente dejaron de vender porque era como luchar con molinos de viento", graficó Murara. A juicio del vicepresidente de la CIU, si la mayoría de los países está protegiendo a su industria, Uruguay "debería hacer lo mismo", teniendo en cuenta el deterioro en los niveles de competitividad que han registrado las industrias de la región.

En tanto, para el presidente de la Cámara de la Vestimenta, Elbio Fuscaldo, habrá que esperar dos o tres días para comprobar si las gestiones que encabezaron el presidente José Mujica y el subsecretario de Economía, Luis Porto, el lunes en Buenos Aires darán el resultado esperado. "Tenemos una expectativa en que esto pueda solucionarse para el mediano y largo plazo, pero para la vestimenta debe buscarse una salida de inmediato", reclamó. Hasta el viernes, esta rama de actividad tenía demoradas por el gobierno argentino 158 licencias de importación por US\$ 12 millones.

Según Fuscaldo, el modelo argentino es "insostenible" porque no son capaces de elaborar toda la producción que requieren para atender su mercado interno.

"Vamos a tomar un compás de espera hasta el viernes para ver cómo sigue esta historia", culminó.

Por otra parte, a nivel oficial se maneja que el impacto por las trabas al comercio determinó el envío de 2.500 trabajadores al seguro de paro. Por ese motivo, el gobierno se apresta a aprobar la flexibilización del régimen de seguro parcial, una de las medidas que anunció el Ejecutivo para mitigar el efecto de las trabas y evitar que las empresas envíen más

personal al seguro de parto. En febrero, había 30.484 trabajadores en seguro de paro, esto es 17% por encima del registro de igual mes del año pasado, según datos del BPS que brindó la directora del sector empresarial, Elvira Domínguez. Por sector de actividad, la industria manufacturera pasó de tener 6.476 obreros en seguro en diciembre a 7.990 en febrero. Precisamente, este es uno de los sectores más golpeados por las medidas argentinas, en particular los subsectores de la vestimenta, gráficos y la industria automotriz.

Por otro lado, las centrales sindicales del Mercosur emitieron ayer una declaración conjunta donde expresan que la "integración regional es clave" para la inserción internacional de los países, informó a El Observador el integrante del Secretariado del PIT-CNT, Fernando Gambera. Agregó que si bien se consideró como "válido" que cada país pueda tomar medidas para proteger sus industrias, las mismas no pueden "comprometer" la integración industrial de los países. También se remarcó la necesidad de reforzar los mecanismos de solución de controversias del Mercosur y apelar al uso de una moneda única.

## Uruguay – La Juventud



### EXTRANJERIZACIÓN, INVERSIÓN ESPECULATIVA Y EMIGRACIÓN RURAL. DARÍO CAMILO HABLA DE LA TENENCIA DE LA TIERRA EN SAN JOSÉ

La extranjerización de la tierra, el aumento en el precio de la misma y el triste papel del Instituto Nacional de Colonización son las causas del despoblamiento de la zonas rurales del Departamento de San José

Esto es resultado de la política económica del gobierno, con un Presidente que fue Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca

En el Departamento de San José una hectárea de tierra se comercializa a 5.422 dólares.

Luego de Colonia las tierras maragatas son las que se comercializan al precio más alto. Darío Camilo, rematador, con un gran conocimiento de su Departamento, es también integrante de la Dirección Departamental del Movimiento 26 de Marzo. CONSULTADO sobre la realidad política y social de San José, Darío Camilo señaló que las tierras son de las más caras del país y durante el 2011 el promedio de venta fue de 5422 dólares datos incluidos en un informe de la Dirección de Investigaciones Agropecuarias del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca.

En primer lugar figura el Departamento de Río Negro con 5946 dólares por hectárea, sigue San José, luego vienen las tierras de Colonia con 5.052 dólares la hectárea. Frente a estos valores que se manejan nosotros nos preguntamos cual es la capacidad real que tiene el productor del Departamento para operar en consecuencia de hacerse con tierras, más allá de la bonanza que pudo generarse desde hace algunos años en algunos rubros, manifestó Darío Camilo.



Es difícil que el operador criollo pueda acceder a la tierra con estos valores, dijo el también representante de izquierda. Agregó que lo que se está dando es el aterrizaje de algunas corporaciones que vienen a invertir básicamente y apuntan a la compra especulativa de tierra. Son grupos económicos extranjeros muy fuertes que buscan tener buenos réditos y al mismo tiempo buscan tener una ubicación estratégico en el país y en el Mercosur. Es sabido que San José está en el corredor Buenos Aires San Pablo con muy buena ubicación, cerca de la zona portuaria lo que lo hace muy apetecible para estos fines, dijo Camilo.

Escuchamos algunas declaraciones del Presidente Mujica que expresó su preocupación por la existencia de sociedades anónimas vinculadas a la compra de tierras en el país y afirmó que hay que escaparles a las sociedades anónimas porque no se sabe al final si la misma persona tiene 90 mil hectáreas o tiene nueve. Hay que recordarle a Mujica que fue Ministro de Ganadería Agricultura y Pesca en e período 2005. O es que no iba al Ministerio o es que el abrazarse a las culebras y tragarse varios zapatos lo omnubiló y no tuvo tiempo de darse cuenta de lo que estaba pasando en la realidad del país, afirmó Darío Camilo.

El representante del Movimiento 26 de Marzo agregó la información que en estos últimos 7 años se fueron del campo 101.160 uruguayos.

La población rural en Uruguay en el año 1963 era de casi 500 mil habitantes, en el 2011 no llega a 165.000 afirmó Camilo.

El éxodo rural urbano se duplicó en estos últimos años siendo 40 los uruguayos que a diario dejan el campo, agregó y todo esto se explica por concentración que se da en la tenencia de la tierra, en la extranjerización de la misma siendo las causas principales directas que tienen que ver con el desplazamiento de la población rural, señaló.

Hoy por hoy las tierras en manos extranjeras superan el 25 % del total , agregando que la política económica del gobierno y todos los mecanismos

que se incluyen en la misma fomenta la inversión extranjera y así llegan inversiones en la soja, en la forestación.

En San José tenemos claro esto porque está el ejemplo de lo que ocurrió con Montes del Plata que se convirtió en el primer terrateniente en el país con más de 250 mil hectáreas; tiene puerto libre y zona franca y está integrada por Stora Enso más Arauco de Chile y nos enteramos que se había firmado un contrato de prioridad forestal de 200 kilómetros a la redonda desde donde estaban instalando la base principal portuaria.

El gobierno apunta todas las bondades a las multinacionales pero sin embargo el productor criollo es quién sufre con esta política económica y no se tiene nada en cuenta para favorecerlo, denunció Darío Camilo. A los pequeños productores se les debería rebajar el IVA y la Contribución agregó. También se debería contemplar la venta de gas oil rebajado o subsidiado, señaló el representante de izquierda.

Todo esto atenta también contra el concepto de soberanía alimentaria porque se apoya y se fomenta el desarrollo de sectores como la forestación y la soja transgénica, mientras se continúa la exportación de ganado en pie y no se desarrollan políticas de radicación de la juventud en el medio rural.

Todo esto atenta directamente contra el Uruguay productivo.

Entre quienes invierten en San José figuran capitales argentinos y consorcios europeos que por ejemplo compraron 4.000 hectáreas en la zona de Rincón del Pino, dijo el representante del 26 de Marzo.

La extranjerización de la tierra produjo en San José un descenso de la población rural en un 23% desde el año 2004. Queseros chicos y medianos, viticultores, lecheros, son los más perjudicados y la población que permanece en el área rural en promedio tiene 50 años de edad.

Darío Camilo calificó como de "triste papel" la gestión del Instituto Nacional de Colonización y denunció que la minería avanza en zonas

fundamentalmente de pequeños y medianos productores. La Minera San Gregorio realiza prospecciones en busca de oro en una zona que abarca 50 mil hectáreas, denunció el rematador Darío Camilo.

## Uruguay – El Espectador



### Porto (MEF): la mejor fórmula para las trabas comerciales es "aquella que haga que quien no daña no sea dañado"



El presidente de la República José Mujica viajó este lunes a Buenos Aires para reunirse con la mandataria argentina Cristina Fernández para seguir buscando una solución a las restricciones argentinas a la entrada de productos uruguayos. Mujica fue acompañado por el subsecretario de

Economía, Luis Porto, quien hoy dialogó con En Perspectiva. Porto afirmó que el encuentro fue una reunión "de ratificación de las líneas de trabajo que se han venido siguiendo" en los últimos meses. "No fue una reunión para llegar a un acuerdo ni para firmar nada", dijo el subsecretario de Economía, y agregó que en los próximos días se comenzará a profundizar y a trabajar en un mecanismo para solucionar el problema comercial. Porto afirmó que Uruguay está buscando una "discriminación positiva" a sus exportaciones por parte de Argentina y resaltó la importancia de implementar políticas que protejan a las economías pequeñas dentro del Mercosur, para que "quien no daña no se dañado".

EMILIANO COTELO:

Las restricciones que aplica Argentina para la entrada de productos uruguayos a ese mercado motivaron ayer un nuevo encuentro bilateral. Esta vez estuvo encabezado por los propios presidentes, José Mujica y Cristina Fernández, y tuvo lugar en Buenos Aires, en la residencia de Olivos.

Desde Uruguay Mujica viajó acompañado por el subsecretario de Economía, Luis Porto. En el encuentro también participó el embajador uruguayo en la República Argentina, Guillermo Pomi.

Según lo que declararon algunos de los participantes de esta audiencia, la delegación uruguaya hizo hincapié en que se revea la política proteccionista que dificulta el flujo comercial para varios productos de fabricación nacional.

De eso es que vamos a conversar a partir de este momento con el subsecretario de Economía, Luis Porto.

¿Cómo ubica esta reunión en el contexto de otros diálogos con Argentina por estos problemas que ya tienen meses?

LUIS PORTO:

La reunión transcurrió en forma muy amena. Se tocaron diferentes temas puntuales, se hizo un mayor hincapié en los temas comerciales pero también se trató el tema de la próxima cumbre de presidentes en Cartagena, por ejemplo. Pero en general se centró en los temas comerciales que hemos venido trabajando efectivamente en los últimos meses con el embajador Pomi en Buenos Aires.

En primer término, estamos frente a un problema que desde nuestro punto de vista no se origina en Argentina ni en Brasil, sino que es el producto de la situación internacional que se está viviendo. Cuando se habla de proteccionismo hay que hablar de proteccionismo en el sentido más riguroso del término. Esto implica no hablar solamente de aranceles de un producto sino también de barreras no arancelarias, en toda la cadena que hace al producto pero también en relación al valor de la moneda. Y de eso prácticamente no se habla en nuestro país, pero es un elemento central de lo que nos está ocurriendo?

EC - ¿Usted dice que hay que tener en cuenta que también hay otro tipo de prácticas proteccionistas originadas, por ejemplo, en Estados Unidos con el valor de su divisa.

LP ? Exacto. No hay mayor proteccionismo que la desvalorización espuria de la moneda. Entonces cuando uno inyecta ¿como se hizo en los últimos años? tantos dólares y euros para salir de la recesión se desvaloriza el dólar, se desvaloriza el euro. Eso es una barrera a las importaciones de esos países, países que, por otra parte, hace cincuenta años que aplican medidas proteccionistas para los países de la periferia y de América Latina en particular.

EC ? Hay otro problema similar con la moneda china que favorece notoriamente las exportaciones de ese país.

LP ? Efectivamente. Con una diferencia, y es que la moneda china está en un proceso de apreciación desde hace ya unos siete u ocho años mientras que el dólar y el euro están en un proceso de desvalorización, desde la crisis hasta ahora y quizás por los próximos meses. Es cierto en términos de valores, hay diferencias en materia de tendencias de los últimos años y para los próximos años.

EC ? ¿Lo que usted dice es "no nos enojemos sólo con Argentina por estas trabas, los problemas vienen de otros lados también"?

LP ? En realidad lo que estoy diciendo es que las medidas de Argentina y Brasil, e incluso las que está aplicando Uruguay para defender a su industria, son una reacción ante ese "tsunami monetario" ¿como lo definió Dilma en su reunión con Obama? que ha habido en el norte, provocado por la crisis.

Razonémoslo de esta manera: este tipo de medidas de Estados Unidos y de Europa de alguna manera ponen freno a las importaciones, pero al mismo tiempo abaratan sus productos hacia el resto del mundo. De la misma manera, esa recesión hace que los productos de Asia, de China, de India, no encuentren en Estados Unidos o en Europa mercado y hay una

sobreabundancia de productos industriales en el mundo provocados por la caída de la demanda en Europa y Estados Unidos. Entonces nuestros países hoy se enfrentan a un problema ajeno por el tema de la moneda, más una sobreabundancia de productos industriales.

Si esto perdurara en el tiempo, se tendría que hacer un cambio estructural en nuestros países. Pero si, por el contrario, esto es producto de una crisis que va a durar un par de años más y después va a haber algún tipo de vuelta a una situación diferente, dentro de dos años no tendremos sistemas productivos por culpa de este tipo de medidas. Entonces lo que están haciendo Argentina y Brasil, y lo que hizo Uruguay hace un mes con las medidas que tomó, es defender sus capacidades productivas ante una situación totalmente espuria de las monedas a nivel internacional.

EC ? Lo cierto es, de todos modos, que esas medidas que toma Argentina afectan a la exportación de determinados productos y hasta servicios uruguayos.

LP ? Ese es el segundo punto de la letra del problema. Me gustaría hacer el símil con la escuela o con el liceo: para solucionar un problema primero hay leer bien y entender bien la letra. El primer punto es el que señalábamos antes: este no es un problema de Argentina, es un problema que están viviendo todas nuestras economías en este contexto internacional. El segundo dato del problema es que este tipo de medidas que toman Argentina o Brasil no están destinadas a Uruguay, están destinadas a enfrentar el contexto internacional, pero de todas formas afectan a Uruguay. Tiene que buscarse una solución de manera que el resto de los países no cuestione dicha solución, porque discriminan a un país en forma positiva frente a los demás.

EC ? Además en particular en el caso de la relación Uruguay-Argentina estamos hablando de dos países que integran un tratado como el del Mercosur, países entre los cuales el comercio teóricamente debería ser libre.

LP ? Y por allí por lo tanto debería venir la solución. Eso es un poco lo que estuvimos dialogando. No fue una reunión para llegar a un acuerdo ni para firmar nada sino que fue una reunión para de alguna manera validar o encaminar los trabajos que hemos venido realizando desde hace meses en la búsqueda de una solución. ¿Tenemos algún mecanismo que permita que este tipo de medidas que legítimamente toman los países para defender sus capacidades productivas y sus fuentes de trabajo no dañen las capacidades productivas y las fuentes de trabajo del Uruguay? Lo que estuvimos dialogando es que puede haber en el marco del Mercosur, y en el marco del tratamiento de asimetrías dentro del Mercosur, algún tipo de mecanismo que asegure una circulación más fluida para los bienes que se intercambian entre las economías más grandes y las economías pequeñas. El Tratado de Asunción lo prevé.

EC ? ¿Pero por qué hay que buscar algo tan complicado, repito, si todos nosotros ?Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay? integramos el Mercosur?

LP ? Acá una cosa son los Gobiernos, otra cosa son las empresas. Las empresas buscan colocar sus productos en cualquier parte. No es lo mismo las exportaciones de Uruguay hacia Argentina o de Uruguay hacia Brasil, que las exportaciones o el comercio entre Argentina y Brasil. Hay que buscar que el tipo de medidas dentro del Mercosur no provoque una guerra entre los grandes que termine dañando o desprestigiando totalmente esta herramienta que ya es bastante imperfecta. La mejor fórmula es aquella que haga que quien no daña no sea dañado, y quien no daña son las economías pequeñas.

EC - De todos modos, esto último, según recuerdo, se ha hablado desde hace meses. ¿Qué fue lo nuevo en esta reunión del día de ayer?

LP ? Lo nuevo es que los presidentes de alguna manera ratifican el camino en el que hemos venido trabajando en estos meses para profundizar, desde el punto de vista técnico, en ese tipo de salida o en ese tipo de instrumento.



EC ? No es una promesa más.

LP ? No, ni siquiera es una promesa. Como decía hoy, fue un diálogo en el cual hablamos diferentes temas, profundizamos en los temas comerciales y en que la solución para el comercio dentro de la región no afectara a las economías pequeñas.

EC - ¿Usted puede profundizar en ese instrumento? ¿Cómo sería, cómo operaría?

LP ? Eso es lo que vamos a trabajar en los próximos días. Lo que se acordó ayer es profundizar y trabajar en ese mecanismo.

EC ? Ahora, las trabas en el intercambio con Argentina no se están limitando solamente a el intercambio de bienes, también están abarcando a los servicios. Por un lado están las licencias no automáticas de importación y por otro están en juego declaraciones juradas. Ahora, desde abril también en la venta de servicios a Argentina hay que ir por el camino de las declaraciones juradas con el riesgo de enlentecimientos o, directamente, bloqueos. Por otro lado también han estado las medidas que el gobierno argentino implementó y que restringen el intercambio de monedas, un tipo de medidas que han afectado al turismo en Uruguay proveniente de la República Argentina. Hoy acaba de conocerse un dato: 24% más de turistas argentinos habrían arribado a Uruguay si no hubiese sido por los controles cambiarios del gobierno de Cristina Fernández, dice un estudio de CINVE. Entonces, sobre esas vertientes del intercambio, los servicios, estas otras trabas al turismo, ¿también se habló?

LP ? Hablamos en general de los mecanismos. Cuando hablamos de Mercosur, hablamos de libre circulación y libre intercambio de bienes y servicios. Si la solución por la que se opte se implemente en el marco de Mercosur se va a discutir tanto bienes como de servicios, porque el tema de los impactos y de las asimetrías va a estar definido por los sectores o rubros en los cuales puede haber impacto sobre las economías pequeñas.

EC ? ¿Y las otras medidas, la de control cambiario?

LP ? Esas son medidas como las que se aplicaron en China. Allí durante años hubo una política de control de cambio. En todo el sudeste asiático hubo políticas de control cambio que generan problemas, pero que no hacen específicamente al comercio sino que también afectan indirectamente a la relación entre los países. No está directamente vinculado, pero sí afecta indirectamente la relación de bienes y servicios.

Hace tres meses que Argentina es titular de los diarios en el Uruguay y sin embargo la política monetaria de Estados Unidos y el costo que le lleva a día a día Uruguay esa política no está en los titulares, y lo mismo con la crisis europea. Es muy difícil atribuir impacto directo a medidas que afectan en forma indirecta. Lo mismo pasa con las políticas cambiarias.

EC ? Entonces de esos controles cambiarios no se está hablando en estos contactos bilaterales.

LP ? No, no se está hablando y no creemos que corresponda que se hable tampoco. No creemos que corresponda que ningún país venga a hablar de la política monetaria y cambiaria de Uruguay.

EC ? Lo último, sí parece que se habló nuevamente, porque ese tema también tiene su antigüedad, de la implementación de un mecanismo para poder comerciar entre los dos países en monedas locales como ya han negociado Argentina y Brasil. ¿En qué está esto otro?

LP ? Como han negociado Uruguay y Brasil, estamos a la espera de la aprobación en el Parlamento de Brasil para su implementación.

Precisamente, como señalaba, esta fue una reunión de diálogo, de ratificación de las líneas de trabajo que se han venido siguiendo. Hace un par de semanas el presidente del Banco Central del Uruguay (BCU) se reunió con la presidente del Banco Central de Argentina a instancias de una propuesta que en el marco de estos diálogos que hemos venido trabajando con el embajador Pomi. Realizamos la propuesta hace ya como tres meses y se comenzó a trabajar en ese tema. Ayer se ratificó también

como otra posible vía de profundización del intercambio en el marco del Mercosur la promoción del intercambio en monedas locales.

EC - ¿Para cuándo, con qué fechas?

LP ? Es que ayer no fue una reunión de compromisos o de acuerdos o de firmas de algo con un cronograma?

EC - Está bien, pero usted puede tener estimaciones.

LP ? No, en realidad sobre este tema las estimaciones las puede tener el BCU más que nosotros.